

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. Apresentação

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao exercício de 2015.

#### 2. Ambiente macroeconômico

O ano de 2015 foi marcado pelas ações dos Bancos Centrais, que procuraram agir na tentativa de manter os riscos dos mercados financeiros sobre controle. A economia americana se manteve estável ao apresentar o mesmo crescimento do ano anterior, com 2,4% de alta. O Japão reduziu sua taxa de juros para -0,10%, na esperança de acabar com a deflação naquela economia. As principais economias da Zona do Euro mostraram sinais de crescimento moderado e contínuo em 2015, embora o Banco Central Europeu tenha se preocupado em monitorar o risco de deflação na região. A principal preocupação permanece sendo a desaceleração da economia da China, que fechou 2015 com crescimento de 6,9%, menor que o índice de 7,3% registrado em 2014.

No mercado nacional, o cenário de instabilidade política ajudou a afetar os mercados financeiros. As projeções estabelecidas pelo mercado apostaram em retração do PIB próxima a 3,7% para 2015, enquanto o nível de empregos formais na economia também sofreu forte redução. Segundo o IBGE o número de desempregados no Brasil cresceu 41,5% em 2015, em comparação com 2014. O emprego no setor industrial sofreu redução de 6,2% no mesmo período. As contas públicas também fecharam com déficit primário negativo recorde 0,8 do Produto Interno Bruto – PIB. A inflação continuou em alta, com o IPCA e o INPC registrando 10,67% e 11,27% respectivamente, no acumulado do ano. As três principais agências internacionais de classificação de risco retiraram o “Grau de Investimento” concedido ao Brasil, devido ao aumento da insegurança econômica da nação.

A produção industrial no Brasil recuou 8,3% no acumulado de janeiro a dezembro de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em Santa Catarina também registrou recuo na produção industrial, produzindo 7,9% menos que em 2014. Entre os três estados do Sul, Santa Catarina foi o que apresentou menor queda, se comparado ao estado do Paraná com -9,6% e ao Rio Grande do Sul com -11,8%.

Ainda que o ano de 2015 tenha apresentado desempenho econômico negativo, dificultando a concretização de mais negócios que envolvessem investimentos produtivos, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC registrou resultado positivo no exercício e forte recuperação no volume de operações de crédito contratadas.

#### 3. Desempenho organizacional

##### 3.1. Desempenho Operacional

A carteira de crédito, que totaliza as operações de crédito da instituição, somaram R\$ 669,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. A carteira de crédito junto ao setor privado representou cerca de 75,6% do total, enquanto o setor público totaliza a diferença, aproximadamente 24,4% das operações de crédito ativas.

As operações de crédito contratadas em 2015 totalizaram R\$ 343,8 milhões, um aumento de 125% em relação ao exercício anterior. As contratações junto às empresas e instituições do setor privado catarinense somaram R\$ 184,3 milhões, representando 53,61% do total contratado e crescimento de 243,22%, se comparado com 2014.

As operações de crédito com repasses de recursos do BNDES somaram R\$ 96,3 milhões, 292,8% a mais que no ano anterior. Também se comparadas ao exercício de 2014, as operações de crédito dos programas Badesc Microcrédito apresentaram crescimento de 28,42%, totalizando R\$ 12,2 milhões contratados junto as Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado - IMPOs. O programa Inovacred, que conta com recursos de

repasses do FINEP destinados a projetos voltados à inovação, contratou R\$ 42,2 milhões em 2015, aumento de 278,84% nas contratações do programa. O programa Badesc Cidades contratou R\$ 159,5 milhões em 67 operações de crédito com os municípios catarinenses, viabilizando máquinas, equipamentos e melhorias na infraestrutura municipal.

Do total aplicado no desenvolvimento da economia do nosso Estado, as operações contratadas pelo setor privado foram responsáveis por 50,06% das operações de crédito, enquanto 46,39% das contratações foram destinadas ao setor público, e 3,55% foi destinado ao Microcrédito de Santa Catarina.

#### 3.2. Desempenho econômico-financeiro

No exercício de 2015 as receitas da intermediação financeira tiveram um incremento de 6,85%, passando de R\$ 124,02 milhões em 2014 para R\$ 132,5 milhões em 2015. No mesmo período, as despesas de intermediação financeira sofreram redução de R\$ 11,3 milhões. O resultado líquido do exercício de 2015 foi igual a R\$ 14,35 milhões.

O patrimônio líquido apresentou um aumento de 1,21% em 2015, quando comparado ao ano de 2014, passando de R\$ 530,21 milhões para R\$ 536,65 milhões. Os ativos somaram R\$ 1,002 bilhão, apresentando crescimento superior a 3,1% em 12 meses.

#### 4. Promoção social e cultural

A Fundação Cultural Badesc, criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, se propõe a manter eventos culturais e sociais à comunidade catarinense. Durante o período foram realizadas ações como o Cineclube, Tai-chi-chuan, Programa de Ação Educativa – PAE, Exposições e Eventos Culturais. Através da Lei Rouanet, são apoiados projetos culturais com investimentos financeiros na arte e na cultura de Santa Catarina.

A Administração.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em reais mil)

	2015	2014		2015	2014
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
CIRCULANTE	535.379	530.480	CIRCULANTE	101.555	119.074
Disponibilidades	257	340	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 9)	69.871	90.184
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	342.836	267.288	BNDES	48.636	75.378
Carteira Própria	342.836	267.288	FINAME	18.788	13.904
Operações de Crédito (nota 5)	185.833	251.531	Outras Instituições	2.447	902
Setor Público	97.154	135.768	Outras Obrigações	31.684	28.890
Setor Privado	99.650	132.028	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	88	-
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.971)	(16.265)	Sociais e Estatutárias (nota 10)	14.387	15.161
Outros Créditos (nota 6)	2.321	921	Fiscais e Previdenciárias (nota 11)	3.593	5.771
Diversos	2.854	1.557	Diversas (nota 12)	13.616	7.958
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(533)	(636)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	364.292	322.566
Outros Valores e Bens	4.132	10.400	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 9)	355.629	303.732
Outros Valores e Bens (nota 7)	4.175	11.337	BNDES	244.154	203.933
(-) Provisões para Desvalorizações	(388)	(1.359)	FINAME	85.943	88.121
Despesas Antecipadas	345	422	Outras Instituições	25.532	11.678
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	464.243	438.502	Outras Obrigações	8.663	18.834
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	30.743	-	Sociais e Estatutárias (nota 10)	-	9.246
Carteira Própria	30.743	-	Diversas (nota 12)	8.663	9.588
Operações de Crédito (nota 5)	426.591	425.641	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	536.654	530.219
Setor Público	66.203	108.989	Capital (nota 13)	530.205	530.205
Setor Privado	403.268	363.093	De Domiciliados no País	530.205	530.205
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.880)	(46.441)	Reservas de Lucros	6.449	14
Outros Créditos (nota 6)	6.852	12.693			
Diversos	8.276	15.282			
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.424)	(2.589)			
Outros Valores e Bens	57	168			
Despesas Antecipadas	57	168			
<b>PERMANENTE</b>					
Investimentos	108	8			
Outros Investimentos	4.225	4.125			
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)			
Imobilizado de Uso (nota 8)	2.771	2.867			
Imóveis de Uso	3.548	3.255			
Outras Imobilizações de Uso	4.273	4.785			
(-)Depreciações Acumuladas	(5.050)	(5.173)			
Intangível (nota 8)	-	2			
Ativos Intangíveis	1.429	1.429			
(-)Amortização Acumulada	(1.429)	(1.429)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.002.501</b>	<b>971.859</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.002.501</b>	<b>971.859</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Em reais mil)**

	2015		2014
	Semestre	Exercício	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>66.924</b>	<b>132.520</b>	<b>124.025</b>
Operações de crédito	44.161	92.562	101.584
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22.763	39.958	22.441
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(22.746)</b>	<b>(41.990)</b>	<b>(53.302)</b>
Operações de empréstimos e repasses	(13.088)	(23.385)	(18.461)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.658)	(18.605)	(34.841)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>44.178</b>	<b>90.530</b>	<b>70.723</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(32.635)</b>	<b>(70.295)</b>	<b>(38.552)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	1.150	1.939	1.937
Despesas de Pessoal	(19.840)	(36.538)	(32.266)
Outras despesas administrativas	(6.648)	(11.026)	(9.261)
Despesas tributárias	(2.772)	(6.121)	(4.914)
Outras receitas operacionais	399	1.700	9.965
Outras despesas operacionais	(4.924)	(20.249)	(4.013)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>11.543</b>	<b>20.235</b>	<b>32.171</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>1.657</b>	<b>5.306</b>	<b>656</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>13.200</b>	<b>25.541</b>	<b>32.827</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(4.921)</b>	<b>(11.106)</b>	<b>(13.700)</b>
Provisão para imposto de renda	(2.774)	(6.635)	(8.486)
Provisão para contribuição social	(2.147)	(4.471)	(5.214)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO</b>	<b>8.279</b>	<b>14.435</b>	<b>19.127</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>10.529</b>	<b>10.529</b>	<b>13.807</b>
Lucro por ação do semestre/ exercício	0,0393	0,0685	0,0908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Em reais mil)**

Eventos	Capital realizado	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
			prejuízos	Total
<b>Saldos do Início do Período em 01/01/2014</b>	<b>490.205</b>		<b>(10.552)</b>	<b>479.653</b>
Aumento de Capital	40.000			40.000
Lucro líquido do exercício	-	-	19.125	19.125
Destinações				
- Reservas		14	(14)	-
- Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido) (nota 10.b)		-	(8.284)	(8.284)
- Dividendos Propostos			(275)	(275)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>530.205</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>530.219</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>40.000</b>	<b>14</b>	<b>10.552</b>	<b>50.566</b>
<b>Saldos do Início do Período em 01/01/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>530.219</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	14.435	14.435
Destinações				
- Reservas		6.435	(6.435)	-
- Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido) (nota 10.b)		-	(5.997)	(5.997)
- Dividendos Propostos			(2.003)	(2.003)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>6.449</b>	<b>-</b>	<b>536.654</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>6.435</b>	<b>-</b>	<b>6.435</b>
<b>Saldos do Início do Semestre em 01/07/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>322</b>	<b>4.387</b>	<b>534.914</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	8.279	8.279
Destinações				
- Reservas		6.127	(6.127)	-
- Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido) (nota 10.b)		-	(5.997)	(5.997)
- Dividendos Propostos			(542)	(542)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>6.449</b>	<b>-</b>	<b>536.654</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>6.127</b>	<b>(4.387)</b>	<b>1.740</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Em reais mil)**

	2015		2014
	Semestre	Exercício	Exercício
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>	<b>8.279</b>	<b>14.435</b>	<b>19.125</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/ exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>			
Efeito do Juros Sobre o Capital Próprio na Demonstração de Resultado	(5.997)	(5.997)	(8.284)
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito	10.274	19.325	33.506
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas e cíveis	3.375	8.113	(733)
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(971)	240
Constituição (reversão) da Provisão Outros Créditos	(674)	(1.174)	210
Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Fiscais	-	-	(8.799)
Constituição (reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	(6.184)	-	-
Depreciação/Amortização	213	428	464
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>9.286</b>	<b>34.159</b>	<b>35.729</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	(30.743)	(30.743)	5.690
Operações de Crédito	(4.643)	45.421	2.227
Outros Créditos	932	5.615	(1.573)
Outros Valores e Bens	(691)	7.351	(5.122)
	(35.145)	27.644	1.222
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Obrigações Sociais e Estatutárias	2.095	(10.020)	3.127
Outras Obrigações	4.502	(5.468)	(9.441)
	6.597	(15.488)	(6.314)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(19.262)</b>	<b>46.315</b>	<b>30.637</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(Aumento)/diminuição líquida do ativo imobilizado	(107)	(430)	(43)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(107)</b>	<b>(430)</b>	<b>(43)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento(Redução) de Capital Social	-	-	40.000
Aumento(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	42.035	31.584	38.111
Dividendos provisionados	(2.004)	(2.004)	(275)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>40.031</b>	<b>29.580</b>	<b>77.836</b>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.662</b>	<b>75.465</b>	<b>108.430</b>
<b>Modificações na Posição Financeira</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	322.431	267.628	159.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	343.093	343.093	267.628
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.662</b>	<b>75.465</b>	<b>108.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais mil)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC", constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc**.

Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas, através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 09 de março de 2016, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a. Apropriação de receitas e despesas**

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

**b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo**

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

**c. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**d. Imobilizado de uso**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculados pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8a.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**e. Ativo intangível**

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8a.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**f. Operações de crédito e as obrigações por repasses**

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

**g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 12/14, de 22 de dezembro de 2014, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN.

**h. Provisões para férias e décimo terceiro salário**

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que exceder a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15% até o mês de agosto/2015 e de 20% a partir de setembro de 2015.

**j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS**

As Contribuições para o PIS - PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei.

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

**k. Utilização de estimativas**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

**l. Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes a Caixa	2015	2014
Depósitos Bancários	257	340
Cotas de Fundos de Investimentos	342.836	267.288
<b>Total</b>	<b>343.093</b>	<b>267.628</b>

**m. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

**n. Redução ao valor recuperável de ativo**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	30.743	30.743	-	-	-
Cotas de fundo de investimento	342.836	-	342.836	267.288	-	267.288
	<u>342.836</u>	<u>30.743</u>	<u>373.579</u>	<u>267.288</u>	<u>-</u>	<u>267.288</u>

O montante de R\$ 30.743 correspondente a 4.150 títulos LFT's. código Selic 210.100, com vencimento em 01/09/2021, adquiridos junto ao Banco do Brasil S.A., com a finalidade de servir como fundo de liquidez conforme previsto na no artigo 6º da Resolução BACEN 2828, de 30 de março de 2001.

O montante de R\$ 342.836 em 2015 (267.288 em 2014) refere-se a investimento em fundo de investimento em que a Agência Badesc é a única cotista, cuja carteira é aplicada exclusivamente em títulos públicos federais, sendo a administração do fundo realizada pelo Banco do Brasil S.A.

**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS****a. Operações de crédito**

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Financiamentos - Setor Público	97.154	66.203	163.357	135.768	108.989	244.757
Financiamentos - Setor Privado	98.236	382.358	480.594	114.568	342.799	457.367
Financiamentos à Exportação	-	-	-	16.055	-	16.055
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.414	20.910	22.324	1.405	20.294	21.699
	<u>196.804</u>	<u>469.471</u>	<u>666.275</u>	<u>267.796</u>	<u>472.082</u>	<u>739.878</u>
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.971)	(42.880)	(53.851)	(16.265)	(46.441)	(62.706)
Saldo de Financiamento Líquido da Provisão	<u>185.833</u>	<u>426.591</u>	<u>612.424</u>	<u>251.531</u>	<u>425.641</u>	<u>677.172</u>

### b. Outros créditos com característica de operações de crédito

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Devedores para compra de valores e bens	1.057	1.911	2.968	1.167	2.457	3.624
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(532)	(706)	(1.238)	(636)	(1.323)	(1.959)
	525	1.205	1.730	531	1.134	1.665

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente

para fazer face a perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

### c. Classificação por tipo de operação

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	196.804	469.471	666.275	267.796	472.082	739.878
Outras operações	1.057	1.911	2.968	1.167	2.457	3.624
	197.861	471.382	669.243	268.963	474.539	743.502
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.503)	(43.586)	(55.089)	(16.901)	(47.764)	(64.665)
	186.358	427.796	614.154	252.062	426.775	678.837

### d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	2015 %
	Curso normal										
• Até 180 dias	61.398	10.935	18.252	10.447	958	971	230	1.964	6.133	111.288	16,63
• De 181 a 360 dias	36.934	11.360	19.609	11.434	919	962	186	897	4.273	86.574	12,94
• Acima de 360 dias	89.034	57.897	193.191	85.374	5.509	2.954	218	5.119	27.840	467.136	69,80
Subtotal	187.366	80.192	231.052	107.255	7.386	4.887	634	7.980	38.246	664.998	99,37
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	31	319	491	211	10	43	30	961	2.096	0,31
• de 61 até 180 dias	-	-	-	83	276	11	62	74	743	1.249	0,19
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	900	900	0,13
Subtotal	-	31	319	574	487	21	105	104	2.604	4.245	0,63
Total	187.366	80.223	231.371	107.829	7.873	4.908	739	8.084	40.850	669.243	
%	28	12	35	16	1	1	0	1	6	100	
PROVISÃO	-	401	2.314	3.235	787	1.472	369	5.659	40.852	55.089	
											2014 %
Curso normal											
• Até 180 dias	76.402	17.615	32.075	11.213	210	275	626	479	6.641	145.536	19,57
• De 181 a 360 dias	61.617	19.188	25.007	10.614	175	253	624	316	5.633	123.427	16,60
• Acima de 360 dias	130.004	89.885	129.070	75.071	922	1.410	3.251	1.527	27.983	459.123	61,75
Subtotal	268.023	126.688	186.152	96.898	1.307	1.938	4.501	2.322	40.257	728.086	97,93
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	42	391	217	26	5	193	201	2.686	3.761	0,51
• de 61 até 180 dias	-	-	-	2	11	-	78	343	4.679	5.113	0,69
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	65	6.477	6.542	0,88
Subtotal	-	42	391	219	37	5	271	609	13.842	15.416	2,07
Total	268.023	126.730	186.543	97.117	1.344	1.943	4.772	2.931	54.099	743.502	
%	37	17	25	15	0	0	1	0	8	100	
PROVISÃO	-	634	1.865	2.914	134	582	2.386	2.051	54.099	64.665	

### e. Composição por atividade econômica

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2015			2014		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado						
Indústria	51.546	206.514	258.060	79.474	172.073	251.547
Comércio	14.553	51.303	65.856	17.163	50.835	67.998
Outros serviços	33.194	126.452	159.646	35.153	122.348	157.501
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.414	20.910	22.324	1.405	20.294	21.699
	100.707	405.179	505.886	133.195	365.550	498.745
Setor público						
Administração direta municipal	97.154	66.203	163.357	135.768	108.989	244.757
Outros serviços - Serviço público municipal	-	-	-	-	-	-
	97.154	66.203	163.357	135.768	108.989	244.757
	197.861	471.382	669.243	268.963	474.539	743.502

### f. Composição por faixa de valor e nível de risco

	Composição por montante - 2015									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações										
Até R\$ 10.000	15	52	76	153	21	6	10	10	23	366
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	29	179	373	464	48	19	63	53	149	1.377
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	526	1.173	1.925	1.375	80	50	56	79	369	5.633
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	2.847	3.070	5.184	3.324	174	179	137	130	1.097	16.142
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	36.596	10.991	18.548	9.332	889	300	473	1.676	6.378	85.183
Acima de R\$ 500.000	147.353	64.758	205.265	93.181	6.661	4.354	-	6.136	32.834	560.542
	187.366	80.223	231.371	107.829	7.873	4.908	739	8.084	40.850	669.243
Operações										
Até R\$ 10.000	-	119	45	102	-	7	2	9	28	312
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	11	326	779	646	33	-	39	-	63	1.897
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	287	1.181	2.571	1.620	97	50	183	41	323	6.353
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	1.287	3.459	4.246	4.439	54	187	194	62	1.195	15.123
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	45.032	14.385	16.825	10.045	410	110	1.968	1.517	6.050	96.342
Acima de R\$ 500.000	221.406	107.260	162.077	80.265	750	1.589	2.386	1.302	46.440	623.475
	268.023	126.730	186.543	97.117	1.344	1.943	4.772	2.931	54.099	743.502

### g. Constituição da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2015		2014	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	187.366		268.023	
A	0,5%	80.223	401	126.730	634
B	1,0%	231.371	2.314	186.543	1.865
C	3,0%	107.829	3.235	97.117	2.914
D	10,0%	7.873	787	1.344	134
E	30,0%	4.908	1.472	1.943	582
F	50,0%	739	369	4.772	2.386
G	70,0%	8.084	5.661	2.931	2.051
H	100,0%	40.850	40.850	54.099	54.099
		669.243	55.089	743.502	64.665
(-) Devedores para compra de valores e bens		(2.968)	(1.238)	(3.624)	(1.959)
(-) Cooperações em Cessões de Crédito		-	-	(122)	(1)
		666.275	53.851	739.756	62.705

### h. Movimentação da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2015	2014
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	51.668	58.245
Acréscimos/ (decréscimos) no período	10.273	9.491
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(8.090)	(5.030)
<b>Total de provisão para operações de crédito</b>	<b>53.851</b>	<b>62.706</b>
Provisão para outros créditos com característica operação. Credito		
Saldo inicial	1.855	1.988
Acréscimos/ (decréscimos) no período	(617)	(29)
<b>Total de provisão para outros créditos</b>	<b>1.238</b>	<b>1.959</b>
<b>Provisão para operações de crédito e outros créditos-Saldo Final</b>	<b>55.089</b>	<b>64.665</b>
<b>Créditos lançados em prejuízo e recuperados</b>	<b>3.240</b>	<b>2.431</b>

O montante de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 215.680 em 2015 (R\$ 194.091 em 2014).

### 6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015			2014		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações	427	-	427	361	-	361
Devedores para depósito em garantia	-	6.365	6.365	-	9.457	9.457
Devedores para compra de valores e bens	1.057	1.911	2.968	1.167	2.457	3.624
Devedores diversos - País	450	-	450	28	3.368	3.396
Impostos e contribuições a compensar	920	-	920	1	-	1
	2.854	8.276	11.130	1.557	15.282	16.839

### a. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2015			2014		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa						
Com características de concessão de crédito	(532)	(706)	(1.238)	(636)	(1.323)	(1.959)
Sem características de concessão de crédito	-	(718)	(718)	-	(1.266)	(1.266)
	(532)	(1.424)	(1.956)	(636)	(2.589)	(3.225)

### 7. OUTROS VALORES E BENS

	2015			2014		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Bens não de uso próprio	4.124	-	4.124	11.288	-	11.288
Material em estoque	51	-	51	49	-	49
	4.175	-	4.175	11.337	-	11.337

### 8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

#### a. Composição

Imobilizado	Taxa anual depreciação	2015	2014
Edificações	4%	3.016	2.723
Móveis e equipamentos	10%	1.061	1.065
Equipamentos de comunicação	20%	8	17
Sistema de processamento de dados	20%	2.978	2.971
Sistema de transporte	20%	225	723
Terrenos		532	532
Direito de uso		1	9
		7.821	8.040
(-) Depreciações		(5.050)	(5.173)
Valor líquido		2.771	2.867
<b>Intangível</b>			
	Taxa anual amortização	2015	2014
Sistema Sisbadesc		1.136	1.136
Direito de uso de softwares		293	293
		1.429	1.429
(-) Amortização Acumulada	20%	(1.429)	(1.427)
Valor líquido		0	2

Os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em dezembro de 2015 a Administração efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes, sendo que não identificou a necessidade do registro de *impairment* sobre esses ativos.

#### b. Movimentação no Período

Imobilizado	2015			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2015
Imóveis de Uso	2.030	319	104	2.245
Instalações, móveis e equipamentos de uso	210	7	60	157
Outras imobilizações de uso	627	7	265	369
<b>Total</b>	<b>2.867</b>	<b>333</b>	<b>429</b>	<b>2.771</b>

Imobilizado	2014			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2014
Imóveis de Uso	2.139	-	109	2.030
Instalações, móveis e equipamentos de uso	225	47	62	210
Outras imobilizações de uso	918	-	291	627
<b>Total</b>	<b>3.282</b>	<b>47</b>	<b>462</b>	<b>2.867</b>

Intangível	2015			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2015
<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

Intangível	2014			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2014
<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

### 9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Em Outras Instituições Oficiais, são apresentados repasses da FINEP, Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC.

Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são, nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF).

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2015				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	15.100	33.536	48.636	244.154	292.790
FINAME	4.764	14.024	18.788	85.943	104.731
FINEP	509	1.938	2.447	24.877	27.324
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
<b>Total</b>	<b>20.373</b>	<b>49.498</b>	<b>69.871</b>	<b>355.629</b>	<b>425.500</b>

	2014				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	24.481	50.897	75.378	203.933	279.311
FINAME	3.443	10.461	13.904	88.121	102.025
FINEP	65	837	902	11.023	11.925
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
<b>Total</b>	<b>27.989</b>	<b>62.195</b>	<b>90.184</b>	<b>303.732</b>	<b>393.916</b>

### 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

#### a. Juros Sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, foram provisionados no montante de R\$ 10.529 em 2015 (R\$ 13.807 em 2014) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2015	2014
Base de cálculo		
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e após CSLL	21.057	27.614
Limites		
50% do lucro líquido do exercício *	10.529	13.807
* Limite Utilizado		
<b>Movimentação de saldo na conta Sociais e Estatutárias</b>		
(+) Saldo de valores provisionados em exercícios anteriores	24.408	21.281
(+) Valores creditados no exercício (valor dos juros descontados IRRF)	9.771	12.813
(+) Valores creditados no exercício (Dividendos)	2.004	275
(-) Valores pagos no exercício	(21.796)	(9.961)
Saldo final de juros sobre o capital próprio (Sociais e Estatutárias)	14.387	24.408

#### b. Exclusão do efeito dos juros na Demonstração de Resultados

O valor de R\$ 10.529 em 2015 (R\$ 13.807 em 2014) creditado a título de juros sobre o capital próprio, deduzidos da economia tributária gerada no valor de R\$ 4.532 em 2015 (R\$ 5.523 em 2014) foram ajustados no resultado do período, excluindo-se assim os seus efeitos na apresentação da Demonstração do Resultado conforme estabelecido pela Circular nº 2.739/97, do Banco Central do Brasil.

### 11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Impostos e Contribuições Sobre o Lucro a Pagar	227	-	227	2.968	-	2.968
Impostos e Contribuições a Recolher	3.366	-	3.366	2.803	-	2.803
Provisão para Riscos Fiscais	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.593</b>	<b>-</b>	<b>3.593</b>	<b>5.771</b>	<b>-</b>	<b>5.771</b>

### 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
DIVERSAS						
Provisão para pagamentos a efetuar	4.313	-	4.313	3.470	-	3.470
Provisão para passivos contingentes	3.812	8.663	12.475	2.195	9.270	11.465
Credores Diversos - País	5.491	-	5.491	2.293	318	2.611
<b>Total</b>	<b>13.616</b>	<b>8.663</b>	<b>22.279</b>	<b>7.958</b>	<b>9.588</b>	<b>17.546</b>

#### a. Provisão para Passivos Contingentes Classificados Como Perdas Prováveis

As contingências trabalhistas, cujo montante corresponde a R\$ 3.812 em 2015 (R\$ 7.890 em 2014) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento.

As contingências de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada provável pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 3.331 em 2015 (R\$ 3.574 em 2014).

#### b. Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

As contingências trabalhistas cuja probabilidade de perda foram julgadas possíveis pelos assessores jurídicos, alcançaram o montante de R\$ 677 em 2015 (R\$ 1.968 em 2014).

As contingências de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada possível pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 3.807 em 2015 (R\$ 3.783 em 2014).

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 530.205 em 2015 (R\$ 530.205 em 2014), totalmente integralizado, representado por 210.753 ações ordinárias nominativas em 2015 (210.753 em 2014),

sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	Qtde. Ações	Percentual
Cia. Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	101.129	47,98%
Estado de Santa Catarina	109.209	51,82%
Prefeitura Municipal de Blumenau	31	0,01%
Prefeitura Municipal de Canoinhas	26	0,01%
Prefeitura Municipal de Criciúma	17	0,01%
Prefeitura Municipal de Videira	19	0,01%
Outros	322	0,16%
	<b>210.753</b>	<b>100,00%</b>

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

	2015	2014
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>		
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>25.541</b>	<b>32.825</b>
<b>Reversão de Provisão IRPJ a maior 1º semestre 2015</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	<b>(10.529)</b>	<b>(13.807)</b>
<b>(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>		
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>(160)</b>	<b>1.172</b>
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	22.851	38.411
Outras provisões	(485)	(9.633)
Perdas no recebimento de créditos	(22.526)	(27.606)
<b>Diferenças Permanentes</b>	<b>1.266</b>	<b>895</b>
Despesas não dedutíveis	1.266	895
<b>Base de Cálculo do IRPJ</b>	<b>16.105</b>	<b>21.085</b>
Imposto de renda à alíquota de 15%	2.416	3.163
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	1.587	2.084
(-)Compensações de Incentivos	(155)	(213)
<b>Total do IRPJ</b>	<b>3.847</b>	<b>5.034</b>
Base de Cálculo da IRPJ	16.105	21.085
(-)Despesas dedutíveis da base de cálculo da CSLL	-	(127)
<b>Base de Cálculo da CSLL à alíquota de 15%*</b>	<b>16.105</b>	<b>20.958</b>
<b>Total da CSLL</b>	<b>2.714</b>	<b>3.143</b>

\*alíquota efetiva da CSLL 2015 de 16,85%, conforme critérios estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1591/2015

#### b. Economia tributária gerada pelo pagamento dos Juros Sobre o Capital

	2015	2014
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>		
a. Imposto de Renda e Contribuição Social - DRE	11.106	13.700
b. Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Real	6.561	8.177
<b>Efeito Tributário do Pagamento dos Juros Sobre o Capital (a-b)</b>	<b>4.545</b>	<b>5.523</b>

### 15. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

### 16. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, conforme demonstrado na nota 13.

A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2015		2014	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(75)	(722)	(16)	(563)
	Funcionários Cedidos	20	47	9	50
	Juros sobre o Capital Próprio	(7.325)	(5.456)	(18.033)	(7.155)
CODESC	Juros sobre o Capital Próprio	(4.294)	(4.294)	(5.631)	(6.625)

A remuneração dos administradores no segundo semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 560 em 2015 (R\$ 409 em 2014).

### 17. CAPITAL REGULAMENTAR

#### a. Patrimônio de Referência e Índice Basileia

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e nº 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo

dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2015	2014
<b>1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)</b>	<b>140.641</b>	<b>120.219</b>
<b>Nível I</b>	<b>530.641</b>	<b>530.219</b>
Patrimônio Líquido	530.641	530.219
<b>Nível II</b>	-	-
<b>Deduções do Patrimônio de Referência</b>	<b>(390.000)</b>	<b>(410.000)</b>
Destaque para Operações com o Setor Público	(390.000)	(410.000)
<b>2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA</b>	<b>694.558</b>	<b>643.204</b>
RWA para Risco de Crédito	544.327	510.110
RWA para Risco Operacional	150.231	133.094
<b>3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA (11% DE 2)</b>	<b>76.401</b>	<b>70.752</b>
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	59.876	56.112
Parcela de Risco Operacional (POPR)	16.525	14.640
<b>4- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3) ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,11)</b>	<b>64.240</b>	<b>49.467</b>
	<b>20,25%</b>	<b>18,69%</b>
<b>5- RBAN</b>	<b>2.893</b>	<b>2.366</b>
<b>6- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA + RBAN (4-5) ÍNDICE BASILÉIA AMPLO (Inclui RBAN)</b>	<b>61.347</b>	<b>47.101</b>
	<b>19,51%</b>	<b>18,09%</b>

### b. Limite de Imobilização

	2015	2014
<b>1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)</b>	<b>140.641</b>	<b>120.219</b>
<b>2- LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)</b>	<b>70.321</b>	<b>60.110</b>
<b>3- SITUAÇÃO</b>	<b>2.879</b>	<b>2.877</b>
<b>4- MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3) ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO</b>	<b>67.442</b>	<b>57.233</b>
	<b>2,05%</b>	<b>2,39%</b>

## 18. GESTÃO DE RISCOS E LAVAGEM DE DINHEIRO

### a. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A metodologia utilizada para alocação de capital desse risco é o V@R (*Value at Risk* – Valor em Risco). A Agência acompanhou dia a dia o V@R das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos externos. O V@R não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada de 3% da carteira de crédito da Agência.

### b. Risco Operacional

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional a Badesc identifica e avalia os riscos operacionais, buscando mitigar suas causas e minimizar as consequências financeiras, considerando os processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Pela sua característica, a Badesc utiliza a abordagem do indicador básico (*Basic Indicator Approach*, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA\_opad).

### c. Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados. A Badesc avalia e monitora mensalmente a classificação de risco da carteira de operações de crédito por meio de avaliação da perda (esperada e efetiva) com o nível de provisionamento contábil por conta do risco de cada operação. São gerados, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, relatórios que indicam o risco por faixa de classificação, avaliando-se os impactos potenciais para subsidiar a política de crédito da Agência. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA\_cpad.

### d. Risco de Liquidez

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, a Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este como o descasamento de fluxos

financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos e honrar suas obrigações observando diferentes cenários que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro e afetar suas operações diárias sem incorrer em perdas significativas. No caso da Badesc, ocorre o acompanhamento de índices de liquidez, monitoramento de fluxo de caixa e diversificação de fontes e prazos, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

### e. Risco Socioambiental

Atendendo a Resolução Bacen 4.327/2014, a Agência instituiu e normatizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) em julho de 2015, na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação da Badesc será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclua as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

### f. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital da Agência tem o objetivo de assegurar o capital necessário para suportar suas operações, a otimização da relação risco x retorno da instituição e a realização de um planejamento da adequação do seu capital. A Badesc monitora mensalmente os indicadores de gestão de capital por meio dos riscos cobertos pelo PRE – Patrimônio de Referência Exigido e o seu Planejamento Estratégico.

### g. Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A Agência possui em sua estrutura área específica para tratar da prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. O Colav – Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro proporciona um importante avanço nas definições de políticas para conhecimento dos clientes e dos empregados, base das atividades de prevenção. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil - Bacen e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Agência aumentou os controles sobre as práticas destes crimes informatizando relatórios e manualizando procedimentos de comunicação. Além disso, todos os funcionários da Badesc são capacitados e orientados periodicamente para auxiliar na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro.

**A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR, localizada na sede da Instituição.**

## ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Presidente: **Antônio Marcos Gavazzoni**  
Vice-presidente: **José Claudio Caramori**  
Conselheiro: **Murilo Xavier Flores**  
Conselheiro: **Carlos Alberto Chiodini**  
Conselheiro: **Miguel Ximenes de Melo Filho**  
Conselheiro (\*): **José Antônio de Mattos Neto**

### Conselho Fiscal

Conselheiro: **Delcy Norberto Batista**  
Conselheiro: **Flávio Ervino Schuhmacher**  
Conselheiro (\*): **Adilson Cosme de Oliveira Pereira**

(\*) representantes dos acionistas minoritários

### Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: **Olívio Karasek Rocha**  
Diretor Vice Presidente e de  
Desenv. de Negócios: **Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso**  
Diretor Administrativo, Financeiro  
e de Operações: **João Carlos Grandó**

### Responsável Técnico

**Amauri Evaldo Nau**  
Contador / CRC-SC 022.767/O-1  
CPF 445.216.779-91

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS  
ADMINISTRADORES DA  
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC  
FLORIANÓPOLIS – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações

contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Em dezembro de 2015 a administração do BADESC efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes, sendo que não identificou a necessidade do registro de impairment sobre esses ativos. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Florianópolis, 09 de março de 2016.

UHY MOREIRA – AUDITORES  
CRC RS 3717 S SC

HERALDO S.S. DE BARCELLOS  
Contador CRC RS 11609 S SC  
CNAI Nº 43  
Responsável Técnico